



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 026

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE ABRIL DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Martins e Alexandre Curi.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente a senhora deputada Luciana Rafagnin.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 215, do senhor Paulo Roberto Godoy, reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encami-

nhando prestação de contas dessa Universidade, relativa ao exercício de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 148, do senhor João Carlos Buffara Lopes, gerente geral da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$12.519,79 (doze mil, quinhentos e dezenove reais e setenta e nove centavos), destinados ao município de Toledo, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 133.491-39/2001, Mapa Caixa, assinado em 31/12/2001, no âmbito do Prodesa, modalidade execução de Promoção do Cooperativismo Nacional. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 0725/2003-OE, do senhor Leonardo Lustosa, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, comunicando que, nos autos de Mandado de Segurança nº 109.632-0, de Curitiba, impetrado pelo Estado do Paraná e outros contra o presidente desta Assembléia Legislativa e outros, determinou, com fulcro no artigo 140, inciso XXV, do RIJPR, a extinção do processo, sem julgamento do mérito. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 003/2003-DP, do senhor Olímpio Guernieri Filho, diretor-presidente da Paraná Investimentos S.A., encaminhando relatório de atividades da referida empresa, relativo ao período de 01/10/2002 à 31/03/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 004/2003-DT, do senhor Olímpio Guernieri Filho, diretor-presidente da Paraná Investimentos S.A., encaminhando processo de prestação de contas da referida empresa, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 841/03/GAB, da senhora Maria Tereza Uille Gomes, procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Estado, encaminhando para apreciação anteprojeto de lei complementar que visa dar nova redação ao artigo 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná). **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 13/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O deputado Edson Praczyk dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A destinação das armas apreendidas em ações policiais para a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 1º - Caberia ao Poder executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, regulamentar o repasse das armas apreendidas em ações policiais que não estiverem devidamente registradas, para as Polícias Civil e Militar, da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) das armas apreendidas seriam repassadas à Polícia Civil;

II - 50% (cinquenta por cento) das armas apreendidas seriam repassadas à Polícia Militar.

§ 2º - O prazo para apresentação de recurso e regularização das armas apreendidas em ações policiais seria de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apreensão.

Sala das Sessões, em 30.04.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Com a situação deficitária em que se encontra a Polícia Civil e a Polícia Militar, no que diz respeito à quantidade e modernidade dos armamentos que são usados no combate ao crime, se faz necessário um mecanismo para minimizar estes problemas.

A crise financeira abala praticamente todos os setores da sociedade e a segurança não está excluída deste contexto e sofre com a falta de recursos para equipar as polícias, que sem alternativa tornam-se reféns do crime organizado.

Na busca por soluções imediatas, a presente indicação tem por objetivo criar um mecanismo que possa aumentar significativamente o número de armas à disposição da segurança pública, aumentando assim a tranquilidade das famílias e de todos os paranaenses.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

INDICAÇÃO Nº 14/2003

Senhor Presidente:

O deputado Marcos Isfer dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte: a criação da 21ª Subdivisão da Polícia Civil, a qual abrange os territórios dos municípios de Palmas, sede da unidade, Mangueirinha, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Clevelândia.

Sala das Sessões, em 30.04.2003.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente tem como objetivo a adequação da estrutura da Polícia Civil para o melhor atendimento às comunidades dos municípios abrangidos, visto que atualmente é evidente a dispersão territorial dos locais que tais serviços são prestados.

Por fim, importa frisar que a criação da 21ª Subdivisão Policial beneficiará mais de 100 (cem) mil habitantes, os quais deixarão de sofrer com tamanha dificuldade para utilização dos relevantes serviços da nossa grandiosa corporação da Polícia Civil.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 805

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo

falecimento do Sr. Bortolo Frederico Durigan, ocorrido na terça-feira, dia 29/04/2003, em Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 30.04.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Sr. Bortolo Frederico Durigan, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória do Sr. Bortolo Frederico Durigan.

REQUERIMENTO Nº 806

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Ícaro Araújo Marcolin, vítima de acidente automobilístico ocorrido na segunda-feira, dia 28 de abril de 2003, em Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 30.04.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Santa Felicidade, colegas de faculdade, amigos, familiares e principalmente seus pais que tiveram a ventura de participar do convívio de Ícaro Araújo Marcolin, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Ícaro Araújo Marcolin.

REQUERIMENTO Nº 810

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, após a devida anuência do Plenário, seja inserido nos Anais da Sessão de hoje, os votos de profundo pesar desta Casa Legislativa, pelo falecimento da Sra. Norma Wanderer, progenitora de Elsitá Wanderer, primeira telefonista pública, ainda no exercício da função, da cidade de Marechal Cândido Rondon, no último dia 25 de abril.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, respeitando os sentimentos, associa-se a consternação da estimada família pela perda irreparável daquela que foi mãe exemplar e fraterna amiga, rogando ao Altíssimo que lhe dê força e resignação suficiente diante do infausto acontecimento.

Do aprovado, requer também, seja dado ciência à família na pessoa da Sra. Elsitá Wanderer, à R. Espírito Santo, 777-CEP: 85960-000 Mal. Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 30.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 802

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de votos de congratulações ao Centro de Atendimento à Mulher, pela passagem de seus 10 anos de criação, comemorado na data de hoje.

O Centro de Atendimento à Mulher é um dos programas desenvolvidos pela Secretaria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de Londrina e já atendeu, desde sua criação 6.311 casos, uma média de 50 casos por mês. Oferece atendimento jurídico, social e psicológico, às mulheres em situação de violência nas suas diferentes manifestações: física, sexual, social e psicológica. Além do atendimento à mulher, o CAM promove ações de caráter preventivo, como palestras e seminários. Conta também com projetos como o Rosa Viva, que atende vítimas de violência sexual, Grupos de Vivência, Grupos Terapêuticos, a Casa Abrigo - que será inaugurada em breve e o Centro de Oficina, onde são desenvolvidos cursos de artesanato, pintura, tecelagem, tudo isso visando a reestruturação da mulher em situação de violência.

Requer ainda envio de correspondência à Secretaria Especial da Mulher, Maria José Barbosa, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.04.2003.

(a) ELZA CORREIA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 237/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Bartholomeu Lisboa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.04.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Bartholomeu Lisboa nasceu em Ribeirão Vermelho do Sul, hoje chamado de Riversul, Estado de São Paulo, é filho de Herculano Alves Vieira Lisboa e Maria Caldas Lisboa. Concluiu seus primeiros 15 (quinze) anos de estudos em 17 de dezembro de 1952, quando recebeu o grau de médico pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Fixou-se em Ponta Grossa, onde iniciou suas atividades profissionais, recebendo no decurso dessa residência, a título honorífico de Cidadão Pontagrossense. Fez inúmeros cursos de extensão e pós-graduação, participou de conferências, seminários e congressos médicos. Exerceu a medicina como generalista em clínica médica e cirúrgica, sempre adstrito e hospitais e, a partir dos anos 60, ao Hospital Bom Jesus, em Ponta

Grossa, do qual foi um dos fundadores e seu diretor clínico por mais de vinte anos consecutivos.

Durante muitos anos de atividade médica recebeu diplomas, certificados e mesmo títulos honorários como: 1) Certificado de Curso regular de Medicina e Higiene do Trabalho; 2) Certificado de Curso Regular para Administração Hospitalar; 3) Certificado de Capacitação para Anestesiologia; 4) Certificado de Curso Regular e Concurso para Especialista em Acupuntura; 5) Certificado de Exercício da Direção do Hospital Bom Jesus por mais de 20 anos e placa comemorativa de sua Fundação; 6) Certificado de Professor Catedrático de Fisiologia da Universidade de Ponta Grossa; 7) Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro; 8) Certificado do Conselho Regional de Medicina pelos anos de médico sem ilícito ou erro médico; 9) Título de Nomeação como Presidente da Junta Médica do 9º Distrito Rodoviário Federal (DNER) e outros.

Com este trabalho, merecedor de todo respeito, consideração e gratidão, apresentamos este projeto de lei, no qual constamos com os nobres pares para aprovação na Casa.

PROJETO DE LEI Nº 238/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a instalação da pequena Central Hidrelétrica Boa Vista II, com eixo de barragem localizada no Rio Marrecas, município de Turvo-PR.

Art. 2º - A ampliação da PCH - Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º, desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A Ibema Companhia Brasileira de Papel apresenta pedido para que o empreendimento denominado PCH Boa Vista II seja levado à aprovação junto à Assembléia Legislativa do Paraná. A instalação desta PCH tem por objetivo o fornecimento de energia elétrica para atendimento da expansão da unidade fabril localizada no município de Turvo, com a implantação de uma nova máquina de fabricação de papel, gerando mais empregos e tributos para o Estado.

A Usina localiza-se próxima à fábrica e utilizará parte das instalações de captação de água já existentes, caracterizando-se como empreendimento de baixo impacto ambiental, não implicando em nova tomada de água, construção de barragens, formação de reservatórios de cumulação e nem na suspensão de matas ciliares.

A construção de um novo circuito de geração de energia adicionará 8 MW aos 5,82 MW já disponibilizados pelas usinas existentes.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão relevante para o desenvolvimento econômico da região.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, solicita o registro da presença do nosso ex-colega e hoje prefeito de Foz do Iguaçu e filho deste querido companheiro do PMDB, deputado Dobrandino, prefeito Sâmis da Silva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Boas-vindas ao nosso companheiro, prefeito Sâmis da Silva, de Foz do Iguaçu.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Na Sessão de ontem tivemos um debate bastante acalorado, num momento em que eu trazia a público a omissão de dados contábeis no orçamento do Estado de 98, onde houve uma interpretação diferente de que eu estaria falando sobre a CPI do Banestado e acabou se desviando de um assunto que era completamente diferente. É bem verdade que o assunto abordado ontem, parte do discurso era subproduto, também da investigação que fazemos na CPI do Banestado.

A CPI do Banestado trata de um assunto que o Estado do Paraná está pagando uma conta de 4 bilhões de reais graças à malversação do dinheiro público. Muitas empresas beneficiadas não pagaram a conta e nem o dinheiro que receberam emprestado. Os diretores que liberaram os recursos estão impunes e o povo do Paraná viu ser socializada uma despesa e um prejuízo de 4 bilhões de reais. Os documentos que me são solicitados, tenho imediatamente tornado público e oferecido a quem quer que seja. O que não posso disponibilizar é a síntese de um trabalho do meu gabinete para que outros possam fazer uso desses documentos. Quem quiser analisar os documentos - já disse, muitas vezes, eles estão abertos e chamo como testemunha os deputados membros da CPI, para que digam se, algum dia, dificultei a presença de algum documento.

Agora, tendo em vista a complexidade da CPI e os volumes que temos para analisar, acho humanamente impossível o presidente ou o relator, um membro, tratar sobre essa gama de assuntos.

Quero propor, nos próximos dias, para que a gente possa dividir com os membros da CPI, quem sabe uma tarefa especial para cada membro, porque é muito difícil um relator apresentar um relatório sobre as contas CC-5, apresentar um relatório sobre a liberação de créditos não pagos, apresentar um relatório sobre a atuação dos direto-

res do banco. São vários módulos, na nossa opinião, e por isso queremos discutir, nas próximas reuniões, essa possibilidade - e até vamos colocar ao presidente da Casa - essa necessidade de subdividir esse trabalho. Entendemos que a tarefa é bastante grande e precisa da integração de todos os senhores deputados.

Agora há pouco, ouvi o deputado Nelson Justus na CBN, dizendo que os holofotes estão queimando, desvirtuando a atenção do presidente, está atrapalhando a vida do presidente. Quero dizer ao deputado Nelson Justus, que o Ulysses Guimarães, morreu exatamente no helicóptero dessa empresa de São Paulo, chamada Reunida São Jorge - já que ele citou ontem aqui, o Dr. Ulysses Guimarães, a quem temos por ele um grande respeito.

Então, senhor presidente, não há da parte desse deputado, nenhuma participação. Ocorre que há alguns anos nós temos uma equipe técnica em nosso gabinete, e não acredito em política e políticos que exerçam o mandato sem uma equipe técnica à altura do interesse do povo do Paraná, porque a gente se perde, no dia-a-dia da atividade parlamentar.

Mas eu dizia que o Dr. Ulysses Guimarães, morreu exatamente no helicóptero da empresa que vou dizer agora aqui - Indústrias Reunidas São Jorge SA. Uma empresa de São Paulo que mamou na teta do Banestado com milhões de dólares. Queria também responder ao ilustre colega deputado Rafael Greca, dizendo que eu não faço acusações à empresa Greca & Filhos, para acusar o ilustre deputado. Não tenho culpa se a empresa leva o seu nome, que não pagou e se pagou que traga a público, aí sim, nós vamos então resolver essa parada.

O que nós não podemos, na condição de presidente é aceitar que se convoque centenas e centenas de pessoas para que o tempo passe e a CPI não chegue a lugar nenhum. Este é um projeto de quem quer ver a CPI chegar exatamente a lugar nenhum.

O nosso projeto é objetivo.

Concedo aparte ao ilustre deputado Pedro Ivo, a quem, aliás, desde logo devo render as minhas homenagens por ser um deputado de primeiro mandato, tem estado no nosso gabinete constantemente, nos ajudando-nos grandiosamente.

O Sr. Pedro Ivo Ilkiv

Gostaria de usar a palavra, porque ontem nós fomos, todos os deputados que fazem parte da Comissão da CPI, mencionados na discussão calorosa que esteve tanto a deputada Elza, como o deputado Neivo, que a gente ficou no meio de um fogo cruzado, como se tivesse sendo utilizado, por um lado, outro ou que não fosse - talvez essa seja a palavra correta - utilizado, mas como uma necessidade de se colocar, de se posicionar, não se omitir diante dos fatos. O que posso dizer, como membro da CPI - deputada Elza, sei que você tem aprofundado o assunto, o teu interesse é de querer aprofundar, ter a transparência dos fatos e ir até o fim, assim como do deputado Neivo, inclusive falei esses dias numa reporta-

gem de jornal, que o objetivo dos dois é aprofundar, não vejo maldade em nenhum lado, apenas divergências de interpretação, de condução. Talvez nós temos que sentar para definir alguns critérios e para acabar com essa divergência.

O que eu posso dizer como deputado membro da CPI, que tenho trabalhado depois daquela conversa que já tivemos com todos os deputados, tenho tido acesso livre junto aos documentos do Neivo, que o Neivo tem junto ao seu escritório.

Inclusive, estou trabalhando em cima da embuta Paraná, essa empresa que o deputado Vanhoni colocou ontem, que já ofereceu os R\$18 milhões, para ser devolvido para o Estado numa compra que lesou os cofres públicos. Tenho corrido junto com a assessoria, fui a Irati atrás de cartórios, conseguimos o edital do Banestado que vendia toda essa área de madeira e, tenho me entrosado talvez, seja pela forma de trabalho, sei lá se existe um outro deputado que não tenha acesso, mas eu não posso ficar quieto e me omitir diante do fato. Tenho trabalhado livremente, mexi em todos os documentos com a nossa assessoria do gabinete, para trabalhar lá dentro.

Essa é a minha consciência, por isso, estou dizendo isso de público.

O SR. NEIVO BERARDIN

Agradeço o seu depoimento.

Gostaria até de ouvir de outros membros se alguém teve dificuldade de acesso no nosso gabinete.

O deputado Francisco Bühler, também tem estado lá. Gostaria de saber do deputado se os nossos funcionários estão proibindo.

O SR. AILTON ARAÚJO

Quero dizer que não tenho tido restrição à questão do acesso, mas quanto as decisões de V. Exa, sim. V. Exa toma as decisões e traz em público para que seja votado.

Essa é a questão de encaminhamento.

V. Exa. tem feito e nós temos esbarrado em dificuldades. Neste sentido, nós precisamos ter outro encaminhamento.

O SR. FRANCISCO BÜHLER

Tenho que cumprimentá-lo.

Na CPI realmente, o trabalho vem acontecendo, a equipe tem procurado fazer o melhor. Essa equipe que foi contratada por vossa pessoa, realmente tem buscado auxiliar os deputados. Lógico que às vezes, nós ultrapassamos algumas coisas até por vontade de acertar demais.

Talvez isso que aconteceu ontem foi a vontade de ser muito mais rápido e ágil que houve essa divergência; a nobre deputada também tem procurado fazer o melhor trabalho como relatora. Acredito que falta conversarmos um pouquinho mais e acertar os ponteiros. Tenho certeza que a CPI vai fazer o trabalho melhor possível, para que possamos, juntos ter uma consideração muito importante.

Tenho todo o acesso que me permite e sempre fui bem tratado por toda sua equipe.

O SR. NEIVO BERARDIN

Isso prova que não estão dez deputados alijados do processo.

Concedo o aparte ao deputado Ademir Bier, membro da Comissão, aliás atuante deputado que devoto um grande respeito, tendo em vista a sua atuação, não só nesse momento na CPI, mas também, no trabalho parlamentar nos últimos 4 anos que tivemos juntos na Oposição.

O SR. ADEMIR BIER

Gostaria de colocar a minha opinião aqui em Plenário, aquilo que eu coloco nas nossas reuniões que tivemos lá no seu gabinete em reuniões reservadas dos 11 membros que compõem a nossa CPI.

Digo aqui, aquilo que disse na última sessão da nossa CPI. Nós temos a grande oportunidade, pela composição de todos os membros, de fazer um trabalho extraordinário. Agora, há necessidade de se cumprir aquilo que é combinado, porque se não se cumprir o que é combinado, fica difícil fazer esse encaminhamento. As decisões têm que ser tomadas pelos 11 membros.

Esse é o grande questionamento feito pela deputada Elza, é o grande questionamento que eu faço também. Se não, não há necessidade. O seu trabalho é importante, eu lhe conheço pelos quatro anos que estive aqui na gestão passada, mas se a CPI é composta de 11 membros, tem que ser respeitada a posição dos 11 membros e a vontade da maioria dos membros que compõem a CPI.

O SR. NEIVO BERARDIN

As suas considerações são acolhidas.

Podemos até assumir alguma responsabilidade, quanto aos documentos públicos, documentos que efetivamente geram uma grande polêmica.

Agora não dá para discutir com gabinete fechado esses assuntos que envolvem roubo de dinheiro público, e como presidente de uma CPI, tenho que colocar em público.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Peço ao nobre deputado que encerre o pronunciamento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, estou encerrando.

Mais uma vez ratifico a necessidade de compartilharmos com os membros da CPI, com vários.... sobre esse assunto, tendo em vista que é uma CPI bastante complexa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar aos membros da CPI, conforme solicitação ontem, o Tribunal de Contas já colocou dois

técnicos à disposição, a Assembléia está colocando 2 advogados à disposição da CPI, e também, o local exclusivo para a CPI, aonde ficarão guardados os documentos. Os documentos são sigilosos, inclusive não poderão sair daquela sala.

Questão de ordem, deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, a questão de ordem vai ao encontro de uma luz nessa discussão acalorada da CPI do Banestado.

Queria aqui fazer uma colocação que considero importante, como membro suplente desta CPI, tendo em vista que o membro titular é o deputado Miltinho Pupio, mas tenho participado também dessa reunião, muitas vezes substituindo o deputado Miltinho Pupio ou comparecendo a essas sessões.

O que tenho presenciado é uma vontade do deputado Neivo Beraldin de apressar trabalho com a sua equipe, com os seus assessores, no sentido de agilizar.

Mas, por outro lado, o que os membros têm sentido é de ficar, na maioria das vezes, órfãos das informações, porque o senhor com o grupo de técnicos que lhe assessora toma conhecimento de todas as informações e dos assuntos mais relevantes, com muita vantagem, em primeiro lugar. O que eu queria pedir ao deputado Neivo é que, antes de levar qualquer informação para a imprensa ou para o grande público, reunir-se com a Comissão e discutir com os membros da Comissão qual a atitude que vai ser tomada.

Por isso, eu tenho hipotecado o apoio aos demais membros e à deputada Elza, que é a relatora desta Comissão, porque na verdade os membros da Comissão e mais ainda a relatora deputada Elza Correia, muitas vezes sente-se traída, porque é a última a saber o que está acontecendo. Isso não pode acontecer. O que nós precisamos é que essas informações sejam levadas primeiro aos membros da Comissão, para depois, então, a imprensa noticiar.

Eu mesmo tenho sabido pela imprensa, de decisões que ainda não tomamos na CPI, que nós vamos tomar em reuniões futuras e muitas vezes ela já está na imprensa no dia anterior. A minha colocação é no sentido de colaborar para que possamos realmente encontrar o melhor caminho para esta CPI.

Queremos que os esclarecimentos sejam feitos. Nós já afirmamos, eu não tenho receio nenhum de pedir a quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal, a quem quer que seja. Só que, primeiro, temos que avaliar quais foram os critérios para que pedíssemos a quebra do sigilo bancário, dos primeiros números de empresas que eram 4, 5 ou 6, tendo em vista que foram mais de setecentos negócios, senhores deputados, que causaram um rombo de mais de dois milhões e seiscentos milhões no Banestado e eu somava aqueles negócios envolvendo aquelas empresas que havia sido solicitado a quebra dos sigilos bancários, chegava em torno de cinquenta milhões, quer dizer

então, não foram os cinquenta milhões que causaram a quebra, a privatização ou a venda do Banestado; foi um conjunto de negócios.

Então, o meu pedido é que, antes que os outros saibam, os membros da CPI saibam e principalmente, a relatora, que é a que tem uma função primordial nesses esclarecimentos e quero lhe dizer, deputada Elza Correia, quando aqui nesta Casa, se instalou uma Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico eu fui o relator e o presidente era o deputado Ângelo Vanhoni e nós tivemos o mesmo problema com ele, na época, e depois de conversarmos, depois de discutirmos, encontramos um caminho que levou a Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico a um porto seguro e daí se instalou a CPI do Narcotráfico aqui no Paraná.

Quero, com essas palavras, reafirmar o meu compromisso com esta Casa, com o povo do Paraná, com a CPI, com os membros da CPI e pedir ao nobre presidente para que, antes de dar publicidade às suas informações, comunique a todos os membros, e principalmente a relatora, deputada Elza Correia.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Fui citado várias vezes e obrigado a pedir, pela ordem, para responder ao deputado Ribas Carli.

Eu queria perguntar objetivamente: algum dia V. Exa. procurou um documento e não recebeu da CPI?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Deputado, em nenhum momento da minha explanação citei que tive dificuldade de acesso à documentação. O que eu pedi ao senhor é que, antes de dar publicidade aos fatos, comunique aos membros da CPI o que será feito!

O SR. NEIVO BERARDIN

Algum dia foi tornado público sem deliberação da CPI? O quê, por exemplo?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Foi sim, por exemplo, o fato da quebra do sigilo bancário das empresas! Simplesmente o senhor...

O SR. NEIVO BERARDIN

Não, senhor, foi votado! Está nas notas taquigráficas!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Não foi votado, não senhor. Antes de nós decidirmos, antes de os membros desta Comissão analisarem qualquer documento daquelas empresas, o senhor entrou em uma Sessão Pública e colocou a votação para quebra do sigilo bancário!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero alertar ao deputado Neivo que questão de ordem não pode discutir!

O SR. NEIVO BERALDIN

Certo. Quero objetivamente dizer o seguinte...

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Quero reafirmar que em nenhum momento tive qualquer dificuldade de acesso aos documentos e nunca citei isso.

O SR. NEIVO BERALDIN

Isso me conforta!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. deputado Neivo, pode pedir como questão de ordem posteriormente, pois não pode haver diálogo entre parlamentares quando há questão de ordem!

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu entendo, senhor presidente, agora, é preciso esclarecer de fato as coisas.

O que V. Exa. deve ter de satisfação, na verdade, é ver um membro do governo atual jogando a favor dos membros do governo anterior, e isso V. Exa. tem como vitória.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Elza, com a palavra.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres deputados e deputadas:

Eu gostaria de dizer que não pretendo transformar essa discussão da CPI numa arena nem sequer num circo, como na Idade Romana, de cristãos e leões. Eu acho que nós temos um fórum, que é um fórum da CPI, e é lá que, a partir de agora, nós vamos discutir todas essas questões! Mas, também não posso admitir que eu seja colocada como bruxa na fogueira ou vilã da história. Portanto, não retiro uma única palavra, não retiro nenhum questionamento e não retiro nenhuma ponderação ou colocação que fiz ontem!

A tentativa, ainda hoje, de jogar deputados contra deputados, não funciona e não funcionará! Temos que zerar tudo! Temos que, a partir de agora, no Fórum correto que é a CPI começarmos, através de um novo encaminhamento aqui bem colocado pelos membros da CPI, que seja bom para todos. Da minha parte este assunto está zerado.

Gostaria apenas de colocar que não sou o tipo de mulher, de ser humano que leva desaforo para casa ou chora no banheiro. A minha discussão é olho no olho. Tenho consciência de que no Parlamento há divergências; é isso que é interessante no Parlamento: o exercício da democracia. Posso discordar ou divergir de qualquer companheiro ou companheira. Isso certamente aconte-

cerá em muitos momentos, mas posso divergir do ponto de vista ideológico, no campo das idéias. Mas, tenho certeza absoluta não é do meu feitio tentar desqualificar ou desmoralizar nenhum companheiro ou companheira para que prevaleça a minha posição. Não sou rainha da sapiência, nem dona da verdade, mas a minha dignidade, não permito que seja arranhada por ninguém, em nenhum momento!

Estando clara esta minha postura, pretendo daqui para frente, dentro da CPI, continuar cobrando a necessária intervenção para que possa, como relatora, cumprir com a minha responsabilidade, e também quero deixar claro, nem precisaria mais porque acho que foi muito falado da minha seriedade e compromisso com o resultado desta CPI.

Não posso partir do princípio que todos os ex-diretores, todos os funcionários ou todos aqueles que contraíram empréstimos no Banestado, sejam participantes de uma quadrilha; ou seja que sejam corruptos. Aqueles que detectamos que causaram dano ou dolo ao patrimônio público, ao dinheiro público, deverão ser punidos. Mas isto tem que ser feito com cautela, com rigor, com cuidado, sem precipitação para que a CPI não corra risco.

Colocado isso, da minha parte finda esse episódio. Mas, não poderia absolutamente me calar, como ontem, diante de insinuações de que esta deputada estaria querendo proteger alguém.

Acho que isso ficou claro.

Bem, eu gostaria também, senhor presidente, de colocar aqui hoje, que se comemora em Londrina dez anos da criação do Centro de Atendimento à Mulher. Um complexo multidisciplinar, jurídico e psicossocial que atende mulheres em situação de violência.

Esse Centro de Atendimento à Mulher foi uma criação nossa quando assumimos pela primeira vez a coordenadoria especial da mulher em Londrina.

Fico extremamente feliz em saber que em Londrina há, sim, um atendimento municipal público do ponto de vista jurídico, com assistentes sociais, com terapeutas ocupacionais, pedagogas, para mulheres em situação de violência.

(Passa a usar o Horário da Liderança do Partido)

É o mínimo que os governos constituídos devem fazer do ponto de vista de políticas públicas para tentar resgatar a dignidade, a cidadania e os direitos humanos de milhares de mulheres que ainda sofrem com a violência doméstica, violência psicológica, violência sexual.

Então, oxalá todos os municípios como Londrina, tivessem um Centro de Atendimento à Mulher, da natureza que tem o de Londrina.

Ontem, nós comemoramos o Dia Mundial do Trabalho, aqui, uma solenidade bastante bonita e importante, e gostaria de colocar hoje que no dia 1º de maio, o mundo comemora o dia do trabalhador.

Já conversei com o nosso presidente, aliás, sensível à problemática, com o nosso 1º secretário, também sensível à questão.

Eu gostaria de reiterar a importância e a necessidade de constituirmos nesta Casa uma comissão de funcionários, um grupo de técnicos, de pessoas que pudessem começar a discutir o Plano de Cargos e Salários dos Funcionários. Isso é extremamente fundamental, dá dignidade, dá segurança e os funcionários, senhor presidente, têm sistematicamente colocado esse pleito, e V. Exa. é sensível a essa questão, está preocupado com essa questão e já demonstrou isso a esta deputada.

Então, acho que está na hora de nós, junto com o nosso companheiro, 1º secretário, que também está preocupado com a questão, constituirmos aqui na Casa uma comissão de funcionário para começarmos a trabalhar essa questão e garantirmos também esse direito de cidadania aos trabalhadores desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a V. Exa. e aos demais deputados, quero esclarecer que dentro de poucos dias estará concluído. Nós temos algumas dificuldades, melhor dizendo, inúmeras dificuldades. Há pressão para fazermos o Plano e há a pressão para não se fazer o Plano, porque, inclusive, com o Plano, nós vamos lançar também o controle sistemático da presença, durante todo o período, dos senhores funcionários.

Não se dá benefícios sem exigências! Vamos dar os benefícios, mas também vamos exigir dos funcionários que, às vezes, não se dedicam integralmente, que se dediquem integralmente a esta Casa de Leis.

A SRA. ELZA CORREIA

Que vença então a pressão, para que aconteça o PCCS, que é um instrumento de garantia e de cidadania.

O Sr. Nereu Moura

Concede-me um aparte, deputada Elza?

A SRA. ELZA CORREIA

Se eu puder usar o Horário da Liderança do PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. já está usando.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada, senhor presidente!

O Sr. Nereu Moura

Deputada Elza, quero me ater à parte inicial do seu pronunciamento. Quero dizer que para mim, deputado do PMDB por quatro vezes aqui nesta Casa, é um orgulho e uma honra muito grande ser colega de V. Exa.

Eu já conhecia o seu trabalho no município de Londrina, pela imprensa. Poucas vezes tínhamos conver-

sado pessoalmente antes de V. Exa. chegar aqui como deputada eleita. E, desde quando tivemos os primeiros contatos, V. Exa. sempre demonstrou muita maturidade, responsabilidade, companheirismo, lealdade e disciplina.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada!

O Sr. Nereu Moura

Desta forma, para nós do PMDB, é um orgulho muito grande ter V. Exa. como colega. V. Exa. não só engrandece a Bancada do PMDB nesta Casa, como também engrandece esta Casa pela vossa conduta, pelo vosso caráter e pela maneira brilhante como V. Exa. participa das decisões.

O deputado Neivo Beraldin é outro grande deputado desta Casa. É um deputado que tem um profundo conhecimento técnico, esforçado, dedicado. Naturalmente que a CPI deve ser e é o maior instrumento, talvez, de um Parlamento, de fiscalização para que o Parlamento possa cumprir o princípio da fiscalização. E a CPI, toda essa discussão que teve aqui, com certeza, vai redundar em ganhos para a Assembléia Legislativa e para a própria CPI.

Alguns podem julgar que a discussão foi extemporânea, foi fora do local apropriado, mas não julgo desta forma. Este é um Parlamento, é a Casa do Povo, é a Casa democrática, é a Casa da transparência, e nós discutimos os nossos problemas de forma transparente; não há porque esconder nada.

É por isso que acho que essa discussão que houve aqui - não tenho dúvida nenhuma - vai redundar em um fortalecimento desse instrumento poderoso que o Poder Legislativo possui, que é a CPI, a Comissão Parlamentar de Inquérito. De forma que acho que a discussão foi produtiva. Podemos dá-la por encerrada e espero que ela tenha contribuído sobremaneira.

Concluindo, mais uma vez, deputada Elza, receba V. Exa. o nosso apreço e consideração de amizade e de muito respeito pela pessoa que V. Exa. é.

A SRA. ELZA CORREIA

Agradeço as palavras do companheiro do PMDB, 1º secretário Nereu Moura, e gostaria de dizer que a nossa preocupação com a CPI é exatamente essa: é um instrumento extraordinariamente importante que nós vemos, hoje, no Brasil, uma certa banalização. Esse é o meu medo! Por isso, às vezes, o rigor da nossa preocupação em relação à CPI.

Gostaria de aproveitar aqui a oportunidade para encerrar, dizer a todos os deputados e deputadas, independente de Partidos, independente de tendências, tenham em mim uma parceria neste Parlamento, e todas as questões que tivermos que trabalhar aqui, independente de quem faz a idéia, de quem seja o autor, aquelas que forem boas, importantes para o povo do Paraná, V. Exas. terão em mim uma aliada.

É assim que eu sei trabalhar e sei que o Parlamento é um fórum extraordinário do exercício da democracia, e que as discussões calorosas sirvam para que possamos caminhar juntos nessa longa estrada que ainda temos pela frente, nesses três anos e meio.

É assim que eu penso, é assim que me comportarei neste Parlamento.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Utilizo esta tribuna no dia de hoje para falar em nome da Comissão Parlamentar Externa que estará acompanhando a Reforma Tributária. Essa Comissão, como o próprio nome diz, é de acompanhamento. E se ela foi criada por esta Casa, em uma atitude sábia, tendo em vista que o povo do Estado do Paraná estará nos cobrando um posicionamento a respeito dessa Reforma Tributária, se não agora, com o advento da Reforma Tributária, na sequência, e também as possíveis conseqüências que advirão do que será aprovado pelo Congresso.

Então, esta Comissão de Acompanhamento foi instituída pela Presidência desta Casa, já esteve se reunindo, já esteve inclusive fazendo estudos preliminares acerca de possibilidades, tendo em vista que o acompanhamento se dará a partir da data de hoje, quando estará sendo apresentada pelo presidente a proposta da Reforma Tributária e da Reforma Previdenciária no Congresso Nacional.

Então, aproveito o momento para dizer que a Comissão Parlamentar estará oficiando hoje, deputado Fernando Ribas Carli, V. Exa. trouxe ao debate nesta Casa uma questão de suma importância, que é a questão da energia elétrica, e esse item também estará contido no ofício que estamos endereçando hoje à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, para que elas declinem quanto é que o Estado do Paraná atualmente arrecada na sistemática atual do ICMS, e quanto que o Estado do Paraná estaria arrecadando se a sistemática fosse adotada na tributação do destino; e também quanto é que o Estado do Paraná produz em energia elétrica e exporta para os outros Estados, para que possamos ter em mãos esses dados, para que possamos ter bem esclarecido quando estivermos acompanhando a Reforma.

Então, esse ofício estará sendo enviado hoje, e eu tenho a falar o seguinte, já de primeira mão, que pela manhã tivemos notícias através de um representante que, “*ad hoc*” sem remuneração, está em Brasília, da questão do ICMS. Como já é de consenso a unificação de cinco alíquotas do ICMS, isso estará sendo proposto. Agora, será tratado em lei complementar posterior a questão: se a tributação será na origem ou no destino.

Isso nos assusta sobremaneira, porque o exemplo do que o deputado Fernando Ribas Carli muito bem tem

exposto aqui, nós podemos, na seqüência, - se não deixarmos bem claro qual será o mecanismo compensatório que será estipulado para os Estados e para os municípios que perderam receita, - correr atrás do prejuízo. Nesta Reforma Tributária, que é de salutar importância para o desenvolvimento do País, nós, queremos que se tenha igualdade e justiça entre os Estados. Só não podemos, a exemplo do que ocorreu no passado, carregar o fardo de um desenvolvimento que queremos; o Estado do Paraná, como ente federativo, prima principalmente pelo desenvolvimento do País. Não podemos carregar o fardo sozinho.

Então, eu gostaria de noticiar a esta Casa que na segunda-feira estaremos nos reunindo com a proposta oficial da Reforma Tributária, e na terça-feira já estaremos disponibilizando a todos os deputados esta reforma e peço que, a exemplo do deputado Fernando Ribas Carli, que tem trazido o debate, para juntamente com o nosso colega o José Maria Ferreira, o Durval Amaral, que é membro dessa comissão parlamentar, para que todos possam contribuir, principalmente levando o debate para suas bases e trazendo sugestões. Nós não temos um dispositivo que nos permita votar, mas estaremos trazendo para esta Casa para que possamos levar o anseio do povo paranaense, do qual somos representantes legítimos, para os cinco membros, talvez seis, dos Estados do Paraná, que estarão sendo membros da comissão da Reforma Tributária e com certeza nós vamos cobrar muito deles e vamos estar ajudando-os, levando ao debate, levando a sugestão da proposta do Estado do Paraná para a Reforma Tributária.

Então, aproveito este momento para pedir que todos os deputados, a partir de terça, quando estarão recebendo esta proposta, que contribuam para com a comissão parlamentar para que ela possa ter êxito, trazendo à tona o que é de interesse do Paraná e principalmente, defendendo através dessa proposta que enviaremos, através dessa Assembléia, que tive o compromisso também do prefeito Juarez, presidente da AMP, que estará fazendo uma parceria para que possamos fazer uma sugestão única da Assembléia e da Associação dos municípios, para que juntemos forças para fazer valer que o Estado do Paraná quer o desenvolvimento do Brasil, mas não vai carregar, a exemplo do passado, o fardo do desenvolvimento do Brasil quase que única e exclusivamente.

Era isto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tivemos ontem, e pode ser considerado por alguns cidadãos e cidadãs que ontem acompanharam a Sessão um momento de desentendimento desta Casa, em função da CPI do Banestado. Outros oradores que nos antecede-

ram já colocaram aqui as dificuldades e ponderaram sobretudo a importância desta Casa em analisar aquilo que a sociedade quase que de forma geral considera como um ato praticado contra o interesse público, que foi a venda do Banestado.

Evidentemente que o assunto, o interesse que move esta CPI é grande, e ele mexe, atinge os interesses das mais diversas camadas da população e da própria economia do nosso Estado.

É um banco que da sua existência mereceu uma declaração da diretoria de fiscalização do Banco central dizendo que no Banestado havia se instalado uma quadrilha.

Ora, a partir da constatação destes fatos, quando se instala uma CPI, evidentemente ela vai ferver com os nervos. São onze deputados, incluindo deputadas, e que mexe cada um com a sua visão, cada um com o seu entendimento, mas tenho certeza que todos com o seu entendimento procurando realizar o melhor de si.

A deputada Elza Correia - acho que poucos aqui que utilizaram da palavra podem dizer dela como eu - sou vizinho, sou de Ibiporã, com votação dentro de Londrina, então nós conhecemos bem, é uma mulher aguerrida, é uma liderança firme, de um passado irretocável. Por outro lado, temos o deputado Neivo Beraldin, líder do PDT, que tem feito nos últimos quatro anos um trabalho que dignificou esta Casa.

Quantas vezes, desta tribuna, o deputado Neivo Beraldin trouxe relatórios embasados em dados e informações, que subsidiaram muitas vezes esta Casa e a imprensa. É uma figura que busca concentrar um pouco da atenção. Sim. A Elza também. São duas figuras mais ou menos paralelas de comportamento. É por isso que se deu o choque. O que precisamos fazer e espero que o deputado também o faça - a Elza deu aqui uma demonstração de grandeza hoje, e para ela está tudo encerrado - trabalharmos para uma CPI construtiva, que engrandeça este Parlamento e que não seja mais uma expressão de "pizza" no final do relatório.

Eu, o Elio Rusch, o Litro, a Cida Borghetti, o Padre Paulo, o Jocelito Canto, o relator Artagão, estamos desenvolvendo na CPI do Paranacidade muitas questões que estão sendo levantadas e elas indicam ações de malversação, mas precisamos provar. Lá foi dividido, deputado Neivo Beraldin, o trabalho em três subcomissões, que estão encarregadas. O presidente precisa reter e deter o controle da CPI. Porque são as questões da documentação e da administração, mas não pode, deputado Nelson Justus, obstaculizar ou impedir que os deputados membros ou qualquer um outro tenham acesso, a não ser os documentos sob sigilo.

As CPI's da Copel, do Banestado são emblemáticas, e elas não podem ter dificuldades, por perecer. A hora que nós tivermos, especialmente, aqueles que detêm cargos de liderança, aqueles que detêm cargo de influir no posicionamento desta Casa, não têm que usar a tribuna para chamar a atenção ou para fazer correção de cami-

nhos, mas que usem o próprio companheirismo e assim estaremos fazendo com que a CPI possa crescer. E que esta Casa também possa ser valorizada por sua ação.

O trabalho que estamos desenvolvendo aqui é importante, independente, se no mandato passado o deputado membro da CPI fez parte do governo ou se foi oposição. É importante para o crescimento do processo democrático. É importante para que elaborem novas leis, que impeçam o desregramento do Poder Executivo e daqueles que auxiliam o chefe do Executivo, na gestão do Estado. É dessa forma que vejo a CPI, senhor presidente. É dessa forma que espero que possamos assim ser conduzidos.

Reconheço, senhor presidente e à Mesa, que temos dificuldades. A Casa não tem pessoal, estrutura técnica e espaço, para acudir cinco CPI's em um só momento. Sei que parte do que está acontecendo é em função da falta de técnicos. Porque, se na CPI do Banestado, se a relatora tivesse a condição de requisitar os técnicos, não estariam concentradas as informações no gabinete do deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Solicito um aparte, deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu teria todo o prazer, Neivo Beraldin, mas cumprindo o Regimento, estou no Pequeno Expediente.

O Sr. Neivo Beraldin

Desculpe.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Com isto, se nós formamos um corpo técnico que permita assessoramento, nós deixamos de ter no gabinete do deputado e passamos a ter na instituição.

A CPI não é instituição do presidente e nem do relator, mas ela é da Casa porque todos nós somos co-responsáveis pelo que acontecer. Eu posso dizer aqui, junto com meus companheiros da cadeira, tive o privilégio de ter o Artagão que tem o pai no Tribunal de Contas, por isso temos a assessoria do Tribunal de Contas com três técnicos. É esta a situação que precisamos buscar, compreensão, não discutir na tribuna as questões, só quando não tiver mais forma de encaminhar e sobretudo fazer a divisão do trabalho, porque todos precisam contribuir com esta grande tarefa que temos que é de mostrar porque o Paraná teve um índice de endividamento dos mais elevados nos últimos anos e porque um Banco que podia ser um instrumento de alavancagem de recursos para o governo do nosso Estado foi liquidado, da forma que foi.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria de usar esta ocasião, pela ordem, para cumprimentar o deputado José Maria Ferreira e dizer a

ele, como a todos os demais membros da CPI Paranacidade, agradecer o desempenho que todos estão tendo na Comissão, e acima de tudo, cumprimentar nosso presidente, José Maria Ferreira, que tem conduzido a CPI com muito respeito para com os demais deputados, tem transmitido tudo que a CPI faz, tudo é discutido, tudo é analisado e somente vamos falar com a comunidade, dar satisfação da CPI, na hora certa.

Ao mesmo tempo quero solicitar à Casa, para que não tenhamos aquela briga como tivemos ontem aqui, aquele debate desnecessário, que esta Presidência possa garantir maiores recursos para todas as CPI's, para que possamos conseguir chegar ao final de todas elas.

Quando se iniciaram as CPI's aqui alguém falou que eram muitas CPI's e que faltaria gente para concluir, para ajudar na CPI. É o que estamos vendo hoje.

Por isso, solicito a esta Presidência, que tem todo empenho e boa vontade que a CPI chegou a um final feliz, que dê estrutura suficiente para todas para que elas possam exatamente cumprir a sua função.

Mais uma vez, cumprimento o deputado José Maria, pela conduta da nossa CPI.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. WALDIR LEITE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, realmente no dia que vamos votar aqui uma matéria importante sobre a Segurança Pública do nosso Estado, nos chega aqui uma triste notícia, que o senhor José Vicente Elias, ex-prefeito de Paranaguá por duas vezes e candidato a deputado estadual na última eleição, foi encontrado assassinado hoje, no seu apartamento. Não sabemos qual foi o motivo, como ocorreu, mas é mais um motivo para ponderarmos bastante e votar o que estiver ao nosso alcance, procurar melhorar o máximo a Polícia Civil, ou seja, os meios de Segurança Pública, para que a nossa população, os cidadãos paranaenses não fiquem expostos a este tipo de barbaridade.

É com muito pesar, muito triste que transmito esta notícia a todo Plenário. Apesar das divergências políticas, o Vicente sempre foi nosso amigo e em algumas ocasiões fomos companheiros. Já estamos sabendo que todo o litoral está bastante triste com este ocorrido.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, recebo também esta notícia neste instante, que me toma de surpresa e me entristece profundamente, porque Vicente Elias foi uma liderança do litoral do Paraná durante muitos anos, homem público combativo, homem respeitado nas suas ações políticas. Eu que conheço bem a sua família e seus amigos, quero lamentar também profundamente e esperar que o governo do Estado tome todas as providências para que este assunto possa ser elucidado o mais rapidamente possível, tendo em vista que se trata de um grande cidadão paranaense, o senhor Vicente Elias.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Da mesma forma, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu, como secretário geral do Partido da Frente Liberal do Paraná, recebo, através do deputado Waldir Leite, deputado desta Casa e representante do litoral do Paraná, que conheceu profundamente esse líder Vicente Elias, que foi prefeito por duas oportunidades da cidade de Paranaguá, foi candidato a deputado estadual pelo nosso partido, que integrado a coligação PFL e PSDB, fez uma votação considerável nesse último pleito. Nós, do Parlamento do Estado do Paraná, recebemos essa notícia com muita tristeza.

O Parlamento do Estado do Paraná, que já teve na última legislatura assassinato, que foi o caso do deputado Tiago Amorim Novaes, de Cascavel, que perdeu sua vida através de um crime bárbaro ocorrido na cidade de Cascavel. E agora mais uma vez a classe política e a sociedade do Paraná se depara com mais um crime bárbaro, conforme relata o nosso companheiro Leite.

O Vicente Elias é encontrado morto em seu apartamento. Isso faz com que o governo do Estado do Paraná deva urgentemente nomear um secretário de Segurança Pública para que ele pense 24 horas por dia em segurança pública. Não podemos jamais aproveitar essa oportunidade, não é do nosso estilo, mas não é concebível que o Estado do Paraná continue ainda sem secretário de Segurança Pública.

Deixo registrado, em nome do Partido da Frente Liberal e em meu nome, que o Vicente Elias era nosso amigo, nosso companheiro e, acima de tudo, deixa enlutada a sociedade do Paraná!

Obrigado, senhor presidente.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Quero manifestar, conforme o deputado Waldir Leite já o fez, o deputado Elio Lino Rusch, e tenho certeza outros deputados o farão, o nosso profundo pesar pelo passamento do ex-prefeito, do companheiro político desta Casa e de vários deputados, o companheiro Vicente Elias. E dizer que realmente estamos abismados, que Curitiba, que Região Metropolitana de Curitiba tenha mais mortes violentas que o Rio de Janeiro, com todos os seus problemas de crime organizado, que Curitiba e Região Metropolitana tenham mais violência e mortes provocadas do que a própria megalópole de São Paulo.

Tudo isso nos leva a questionar o que é que está acontecendo na nossa cidade de Curitiba, na nossa Região Metropolitana? Tudo isso nos leva a perguntar se essas mortes que estão acontecendo vão ficar como ficou a do nosso companheiro Tiago Amorim, bem citado pelo deputado Elio Rusch, tanto tempo em sepulcro e tanto tempo sem aparecer quem foi o verdadeiro causador ou mandante deste crime.

Então, acho que é momento deste Parlamento começar também a participar mais ativamente e a questionar a questão da segurança, segurança no trânsito, as mortes violentas que têm ocorrido no trânsito, a situação

do trânsito como um todo. E esta Casa tem sido, inclusive, explorada na imprensa como sendo a causadora de problemas na área do trânsito. Acho que tudo isso tem que ser mais bem discutido, porque infelizmente a condução que estamos vendo nesta área deixa muito a desejar para o Estado do Paraná e está aí a morte de mais um companheiro político.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência quer se solidarizar com a família do companheiro José Vicente Elias, pela sua morte prematura, principalmente pela forma como ocorreu.

Concedo a palavra ao senhor deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Tanto o deputado Durval Amaral como os demais, da Oposição, têm procurado fazer uma oposição consciente ao governo do Estado, e sem sensacionalismo e nesse momento, das inúmeras denúncias que recebemos, todas elas estamos processando e investigando e chega uma que não se trata de denúncia anônima, senhor presidente, mas não queremos fazer sensacionalismo.

Por isso, antes de qualquer outra providência, quero encaminhar ao líder do Governo, até porque é uma denúncia que tem procedência na sua região de atuação, que é Paranaguá, é uma denúncia assinada e diz com relação às notícias que estão nos jornais no dia de hoje que o Porto de Paranaguá conseguiu, em um contrato de dragagem, uma redução de sete milhões e duzentos mil reais, que obviamente uma redução de sete milhões e duzentos mil reais em um contrato onde houve uma licitação internacional, a nossos olhos, me parece algo excepcionalmente bom para o Estado do Paraná.

Entretanto, a denúncia vem numa sequência lógica e diz que esse aditivo, a nota do governo diz que a economia de sete milhões e duzentos mil reais se deu graças à desvalorização do contrato, porque era um contrato indexado ao dólar e mudanças na forma do parcelamento. Até aí, uma coisa magnífica para os cofres públicos.

Entretanto, quem faz a denúncia, vai analisando e diz que o contrato passou a ser indexado através de um índice próprio da Fundação Getúlio Vargas que é o índice que regula as dragagens em portos, as dragagens internacionais, o IGPM, mas uma característica toda própria para a questão de portos, que esse índice, além da correção do IGPM, agrega ele, na composição desse índice, a variação cambial.

Então temos, nesse termo aditivo, não só a variação cambial mas a variação cambial e o IGPM e pelo exemplo colocado, afirma que as prestações que hoje estariam, na ordem de 614 mil reais, quando, a partir de 2003 passar a incidir, elas se tornarão em valores de hoje, sem contar a variação cambial, em setecentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais.

Segue toda a denúncia. Eu não vou ficar criando um clima de sensacionalismo. Vou passar ao deputado Vanhoni para que possa tomar as providências necessárias e trará a esta Casa os esclarecimentos necessários, porque a gente sabe, a postura do governo tem sido, como sempre foi, uma postura de austeridade, e não quero crer que, em hipótese alguma, possa ter o governador Roberto Requião agido de má fé, tenho certeza que não, mas só para esclarecer como é que se deu esse Termo Aditivo e se ele possa se tornar, - apesar da informação que são sete milhões e duzentos de economia, - a longo prazo, mais oneroso para os cobres públicos. Além do mais, foi uma licitação internacional. Seis empresas nacionais e internacionais deputado Carli, participaram dessa licitação.

Se houver, ao final do contrato, e esse contrato for onerado, com toda a certeza as empresas que se sentirem prejudicadas poderão entrar na Justiça, alegando até um tratamento desigual àquilo que foi homologada a licitação, gerando inclusive, ação de indenização contra o Porto de Paranaguá.

Não acredito, repito, deputado Vanhoni, em nenhuma má fé, mas só para que, antes que a denúncia se cristalice e eu acredito que não será necessário, com os esclarecimentos que V. Exa. trará, não precisa nem trazer no plenário, que a sociedade fique sabendo e haja, efetivamente, o esclarecimento, porque tudo isto aqui está documentado e mais do que documentado: há o RG, há o CPF, a pessoa existe, me ligou várias vezes, inclusive falou: “Olha, protocolei isso junto ao Portos de Paranaguá, pedindo as certidões necessárias”, e me afirmou, inclusive, que vai entrar com uma ação popular para resguardar efetivamente os interesses da sociedade.

O Sr. **Ângelo Vanhoni**

Deputado Durval, só quero lhe dizer que recebo a denúncia, em nome do governo, vamos trazer todas as informações que dizem respeito a essa denúncia. Se realmente tiver alguma irregularidade, V. Exa. pode ter certeza, nós devemos - de público, consertar o erro. Não conheço a denúncia, é a primeira vez que estou conhecendo, gostaria que o senhor me passasse essa documentação e vou discutir com o Governo do Estado e com a administração do Porto. Se realmente tiver algum prejuízo ao erário público, o governo, não tenha dúvida nenhuma, será o primeiro a reconhecer e a corrigir. Acredito e V. Exa. também acredita, que pode ser que não seja exatamente assim a questão em relação ao termo aditivo que V. Exa. falou. Então, é um termo aditivo. No entanto, recebo a denúncia, e semana que vem vamos trazer as informações a V. Exa. e ao Plenário desta Casa.

O SR. DURVAL AMARAL

Não esperaria de V. Exa. nenhum outro comportamento diferente deste e não espero do governador também nenhum outro comportamento diferente do seu, tenho certeza. E deixo muito claro: não faço nenhum sen-

sacionalismo, não tenho nenhuma preocupação de afetar ao governo, em hipótese alguma. Como é uma situação documentada, que não é anônima, me senti na obrigação de trazer isto para esclarecer, porque não podemos ficar com dúvidas dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA

Pela ordem, só para informar à Casa e registrar a presença do vereador da cidade da Lapa nosso amigo companheiro Vilmar F. Purga.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela ordem, da mesma forma que outros deputados, gostaria de registrar meu sentimento pela perda e pela forma brutal como foi assassinado o ex-prefeito de Paranaguá. Além de ex-prefeito, uma liderança do litoral, participou da vida política do nosso Estado. O Vicente era amigo íntimo da família. Então, é com muita tristeza que tivemos a notícia do seu assassinato, de forma brutal como ocorreu na noite de ontem.

Então, quero deixar de público, os meus sentimentos para a família.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande expediente, concedo a palavra ao deputado Mário Braddock.

O SR. DELEGADO BRADDOCK

Senhor presidente, senhores deputados. Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Mesa Executiva pela cerimônia de ontem em homenagem ao Dia do Trabalhador.

Deputada Elza, deputada Cida Borghetti, a deputada Elza, ontem deu um show na condução dos trabalhos da Sessão e quero agradecer, também, ao deputado Luiz Accorsi que, junto com este deputado que vos fala, apresentou a proposição para festejar o Dia do Trabalhador.

Estão de parabéns. Agradeço à Mesa desta Casa, pela oportunidade. Espero que nos próximos anos, continue essa cerimônia a acontecer nesta Casa. Aproveito para homenagear a nós todos, que também somos todos trabalhadores, pelo dia do Trabalho de amanhã.

O Sr. Ratinho Júnior

Só aproveitando que o senhor está falando sobre essa solenidade, que eu também fui homenageado ontem e não pude estar presente por motivos pessoais, mas quero agradecer ao senhor, ao Dr. Luiz Accorsi, a Fotrapar - Força do Trabalho ao Paraná e à União das Associações dos Empregados da Cidade Industrial de Curitiba.

Muito obrigado pela homenagem e também a centenas de pessoas que foram homenageadas ontem.

O SR. DELEGADO BRADDOCK

Nós fizemos essa homenagem ontem ao nobre deputado, pelo brilhante jovem que é no ramo da rádio e comunicação, como fizemos homenagem também ao deputado Edson, que também é merecedor de tamanha homenagem. E não foi escolhido nem pelo maior cargo, nem pelo menor cargo. Foi escolhido pelas ações que essas pessoas vêm desempenhando ao longo de suas vidas, um exemplo de vida boa para toda a comunidade.

No ano passado eu fui homenageado nessa solenidade. E esse ano, com a graças de Deus, pude oferecer essa homenagem a outras pessoas.

Em segundo lugar, hoje vai ser votado nesta Casa de Leis, projeto do governo que muda o Estatuto da Polícia Civil. Quero deixar bem claro aos senhores deputados, principalmente aos deputados da base governista, da qual também pertenço, que jamais em tempo algum, fui contra o projeto, contra mudança do Estatuto, porque acho que o mau policial tem que ser punido e eu muitas vezes, durante quase dez anos fui perseguido pela direção da Polícia Civil, me jogando de um lado para outro no estado, sem uma punição. Na minha ficha não consta nenhuma punição. Mas fui aceitando, até que saí candidato. Não fui contra em momento algum. O que eu defendi, vou defender sempre, é um melhor interesse pela classe, o maior respeito pela classe. Hoje a classe policial está recuada, acuada num canto, numa sala de delegacia, com medo de ser punido, com medo de enfrentar bandido, de dar um tiro e receber um tiro. E, imediatamente, ter o seu nome colocado na lista da banda podre da polícia e ser exonerado.

Diante dessa situação, esses policiais bons, que graças a Deus é a maioria, não saem às ruas. Estão com os braços praticamente cruzados. Não com medo do bandido. O nosso policial civil não tem medo de bandido. Ele tem medo da caneta e do cajado do papa e do trono real que sentou aqui perto da Assembléia. Esse policial tem medo disso. O cajado do papa e da pessoa que sentou no trono real. O policial tem medo disso. Era isso que eu vinha defendendo. Mas, pessoas de plantão na madrugada, acham que a maneira como está sendo conduzido o Conselho da Polícia e da Emendas que propus, que por certo vai ser derrotada. É um desavanzo a Emenda do governador. Muito pelo contrário, os policiais que foram indicados ali, a categoria que foi indicada, os sindicatos.

E, aí me pergunto: tantos deputados, tantas pessoas se serviram de sindicatos para serem eleitos, e depois da posse do mandato começam a chutar o balde do Sindicalismo? E isso realmente é triste! Como está montado o Conselho, daria muito mais segurança ao policial bom, ao policial operacional, porque não pensem os senhores que é fácil ser um policial operacional. É muito complicado! Lá fora você sente o cheiro do sangue, você sente o calor do projétil, você sente o cheiro da fumaça e você sente o peso da caneta. O que mais preocupa, é o peso da caneta. Sentado atrás de uma escrivaninha o cara não vê nada disso, porque o papel não chora, o papel não se

defende, o papel não te atira ao contrário. Então, tudo se resolve com o papel. Achem as pessoas que elaboraram a Emenda do Estatuto, que o papel vai resolver o problema da segurança do nosso Estado. Na verdade não é. Se resolve o problema da segurança com trabalho, com a agregação do policial, com o voluntariado do policial na rua, o que não está acontecendo hoje.

Tenham certeza, senhores deputados, que eu fiz a emenda com a maior das boas intenções. Não foi para mexer no âmago do projeto do governador, que de uma maneira um tanto tirana disse que o Estatuto, daquela maneira, não pode ser alterado em nada. Eu não aceito tirania em cima de mim! Vou defender a minha idéia, vou defender a minha emenda, posso ter só o meu voto na minha emenda, mas não vou voltar atrás. Não sou contra o Projeto! Posso até votar a favor dele, mas voto com a ressalva de que a minha emenda para o Conselho da Polícia Civil era a melhor.

Por isso, senhores deputados, se o governador ficar sabendo da minha fala, não sou contra as idéias dele. Acho até que ele está bem intencionado em melhorar a polícia, no sentido de colocar na rua os maus policiais, que eu também quero. Eu fui prejudicado por maus policiais, que hoje graças a essa denúncia desse vosso parlamentar aqui, estão preocupados com o escândalo das notas frias, das notas falsas. Tem delegado que não está dormindo mais à noite, que então estava lá na operação Costa Oeste, na Operação Praia pegando o dinheiro do Estado.

O Tribunal de Contas disse que foram 2 milhões e 330 mil. Não sou eu que estou dizendo, é o Tribunal de Contas. Esses maus policiais me prejudicaram no passado; esses deveriam ir para a rua! Concordo com o Requião em gênero, número e grau. Eu mesmo os colocaria na rua.

Eu só quero ver que com essa mudança no Estatuto se as coisas vão acontecer. Quero deixar aqui ressaltado, não sou contra o projeto do governo, porque deve estar bem intencionado, mas minha emenda seria a melhor para o Conselho da Polícia Civil. Eu vou defendê-la embora tenha só um voto. Gostaria de ter pelo menos dois, para não ficar tão ruim. Mas assim, será o cajado do papa, e o trono dos Céus, que vença!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Horário das Lideranças.

(**Todas declinaram**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Liderança da Oposição.

Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados, acho que hoje nós vamos dar um passo importante para a mudança da Segurança Pública do nosso Estado.

Tive a oportunidade, junto aos deputados desta Casa, deputados José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Alborghetti, o deputado já falecido, Tiago Amorin, Strapasson, por designação na época do deputado Nelson Justus, nós formamos uma Comissão Especial para ajudar na investigação que estava sendo procedida no Congresso Nacional sobre o crime organizado.

Aqui, no Estado do Paraná, nós defrontamos com uma realidade, o resultado daquele processo é de que nós percebemos que infelizmente na estrutura do aparelho de segurança do nosso Estado, seja da Polícia Militar, seja da Polícia Civil e até em outros setores, há uma penetração muito grande do crime organizado. Esta é uma realidade que existe no Estado do Paraná, existe no Piauí, Maranhão, Acre, todos os Estados do Nordeste. No Rio de Janeiro não preciso falar, porque assistimos pela televisão todos os dias, no Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Infelizmente o aparelho policial foi descuidado por parte da área do governo nesses últimos vinte anos.

O deputado Bradock é um delegado, é um membro da Polícia Civil do nosso Estado e sabe o que estou falando.

Há vinte anos atrás tínhamos 4800 policiais civis. Hoje a cooperação se encontra com três mil e pouco. O Estado cresceu nesses vinte anos. O Paraná tem 9 milhões de habitantes. Curitiba e Região Metropolitana tem 2 milhões e setecentos mil habitantes. Só a nossa cidade tem 1 milhão e meio. A região metropolitana é uma região pobre, que não tem esgoto, que é composta por moradias de subcondição de vida.

Infelizmente em nosso País a criminalidade cresce assustadoramente. Não é só Curitiba. A região de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, que é uma região de fronteira, a criminalidade cresce assustadoramente. Um dos graves problemas para que o Estado possa construir uma política de segurança pública, precisamos fazer uma mudança no aparelho policial do Estado. Enquanto a sociedade não aceitar esse desafio, não vamos resolver o problema de segurança em nosso País.

Todos os dias aparecem denúncias de envolvimento de policiais no Brasil inteiro, seja com o tráfico de drogas, extorsão, corrupção, roubo de cargas, seja dos mais variados crimes que hoje vitimam o conjunto da sociedade.

Além de fazer mudanças estruturais e discuti-las como integração das polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, além da fazer um grupo de inteligência que possa combater com tecnologia, com conhecimento, com planejamento, com dados o crime organizado no nosso País, é preciso que seja feito uma mudança na estrutura das polícias. Policiais comprometidos com o crime, a sociedade tem que dizer não. Temos que tirar do serviço público. Esse projeto que está em discussão, o governador do Estado, já durante a campanha, já tinha o conhecimento da gravidade da segurança pública no nosso Estado.

O governador disse ao povo que pretendia assumir pessoalmente a condução de uma nova política de segurança pública.

Hoje estamos votando um projeto que pode dar instrumentos para o estado, para proceder mudanças na área de segurança pública. Estamos muitas vezes discutindo a mudança do conselho que deve ter um representante do policial, deve ser eleito, deve ter um outro representante. Enfim, a discussão não é apenas sobre o conselho. Mas, se olharmos o passado da estrutura da Polícia Civil no Paraná, e não é só no Paraná, em vários Estados, vamos perceber que o conselho deliberativo, normativo das polícias civis no Brasil acabou culturalmente fazendo única e exclusivamente a defesa da corporação. Não está aqui a defesa da corporação, a valorização da atividade policial. Da forma como os conselhos e as corregedorias foram constituídos, na realidade serviu de impulso, de um estímulo que, muitas vezes, irregularidades cometidas por maus policiais continuassem acobertadas sem nenhuma providência por parte da administração, por parte da Justiça.

Na Polícia Civil temos perto de 680 casos que ainda estão tramitando com toda a dificuldade na estrutura da Polícia Civil.

A sociedade não quer mais isso. A sociedade quer uma polícia ágil, uma polícia integrada com a comunidade, uma polícia em que todos nós tenhamos a tranquilidade de que está cumprindo o seu dever e é preciso fazer essa mudança no conselho, no estatuto da Polícia Civil, porque não é admissível que um policial que cometeu uma irregularidade, seja de uma pequena extorsão ou seja de um crime mais grave de estar participando junto com o crime organizado, de que ele fique seis, sete, oito anos para ter dentro da estrutura da Polícia Civil algum julgamento do conselho.

Os conselhos das polícias civis, e isso não é só no Paraná, é no Brasil inteiro, ao longo desses vinte anos em que o Estado não se debruçou, não priorizou, não entendeu que a segurança pública é um bem da sociedade, é um bem público, é um bem de todos nós, infelizmente, por cultura, por desleixo, por falta às vezes de caráter da pessoa do policial, os conselhos acabaram se constituindo numa forma de acobertar e de proteger irregularidades cometidas na polícia.

Por que dois promotores?

O senhor é um policial civil e está acostumado a proceder investigações, está acostumado a buscar todo trajeto que um bandido, que um criminoso faz, desde a falsificação de um documento até aquele que entra com uma arma na mão para assaltar um banco ou assaltar uma residência. Então, a atitude policial sabe muito bem como proceder essa investigação, e se um policial está envolvido com o crime, ele sabe muito bem também como não deixar rastros para que uma apuração possa identificá-lo.

Ora, na sociedade nós temos uma estrutura de poder desde a Constituição de 88, que é o Ministério Público no nosso país que tem um dever constitucional

reerguido perante a Nação, perante a república, que além de outras atribuições tem a atribuição do controle externo em nome da sociedade, tem o dever, são preparados, são treinados para proceder às investigações a respeito dos cidadãos comuns, dos agentes públicos que cometem qualquer delito são exatamente esses promotores que já acobertados pela Constituição que lhes dá o direito e o dever de fazerem as investigações sobre os cidadãos comuns, aliás, sobre a polícia no controle externo, é claro e lógico que o governador está coberto de razão ao colocar dois promotores no conselho para ajudar nas investigações que possivelmente possam acontecer no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O senhor conhece a atividade policial, eu conheci um pouco e nós sabemos que um policial se quiser cometer crime, para que nós possamos descobrir este policial é muito mais difícil do que procurar descobrir uma pessoa comum que muitas vezes pode estar trilhando os descaminhos da delinquência, porque um policial conhece toda essa problemática, ele é treinado para identificar como que as provas podem ser destruídas ou não. Por isso, o Ministério Público tem um papel preponderante na condução desse Conselho.

O deputado Bradock apresenta, basicamente, uma emenda que muda a constituição do conselho. Numa das emendas o deputado apresenta a possibilidade de ter um representante dos delegados divisionais; na outra é de que o sindicato dos Delegados eleja um representante para o Conselho e a outra é de que um membro da Polícia Civil dos escalões inferiores da Polícia, também eleito pelo Sindicato, esteja no Conselho.

Ora, deputado, na minha visão, hoje, se nós permitirmos que essas mudanças sejam feitas no Conselho, eu lhe digo que infelizmente, todo esforço feito pelo Governo de fazer uma mudança na Polícia Civil do Estado do Paraná, na área de segurança pública na Polícia Militar, acho que vai estar comprometida.

Não é possível admitir, infelizmente, (não é desejo meu e nem dos senhores que isso estivesse acontecendo) na associação dos delegados, - não tenho nada contra pessoalmente, mas teve uma eleição entre os delegados na Polícia Civil do Estado do Paraná, duas chapas concorreram. A chapa apoiada pelo delegado Ricardo Lopes Noronha foi amplamente vitoriosa por 70% dos delegados da Polícia Civil do Estado do Paraná. Hoje, temos uma pessoa que está presa, cumprindo pena por determinação do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que é o senhor Juarez Costa França, conhecido "cabuquinho", e ele está única e exclusivamente cumprindo pena porque estava como preso. O seu julgamento foi realizado, e na chácara que ele tinha, o delegado Noronha, o cheque era do senhor Juarez Costa França. Para fazer uma benfeitoria na chácara do delegado geral do Estado do Paraná.

Ora, vejam aonde chegaram os problemas da Polícia Civil do Estado do Paraná! O delegado geral estava na realidade mantendo relações de amizade, comerciais e que são relações que não são lícitas com uma pessoa tida

como um dos organizadores do roubo de carros na região Sul do nosso País e que está respondendo a processo.

Está condenado e respondendo a outros processos.

Então, veja, senhor deputado, que infelizmente se aceitarmos as mudanças que V. Exa. propõe com as suas emendas no conselho, nós estaremos dessa forma descaracterizando-o, como o governo gostaria que fosse para que a Polícia atue melhor para a sociedade.

Lá estarão presentes, nove membros. Desses nove membros, dois promotores e sete delegados de polícia.

A corporação, a Polícia Civil do Estado do Paraná está com 80% dos membros representados nesse Conselho.

Então, peço a sua compreensão. Não é uma disputa entre os deputados que apóiam o governo e o deputado Bradock, mas é nesse entendimento das mudanças maiores que queremos para a segurança pública no Estado do Paraná, que o governador pede o apoio e nós pedimos o apoio de todos os deputados para que aproveemos o projeto.

Vamos rejeitar as suas emendas.

O Sr. Delegado Bradock

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Na eleição para a DEPOL eu fazia parte da chapa dos 30%. Perdemos a eleição.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor é um grande delegado e é um dos melhores policiais que o Paraná tem.

Não é por V. Exa. ser do PMDB, e não é por V. Exa. ter cabelos brancos que está aqui hoje como deputado. É pelo seu trabalho e reconhecimento do povo do Paraná, pelo seu trabalho como delegado e como policial. Nós sabemos disso.

O Sr. Delegado Bradock

Assim como o governador e V. Exa. eu também estou defendendo a parte boa da Polícia. A minha emenda que foi aprovada pela Comissão de Segurança, nada mais fez do que tentar valorizar o projeto do governador.

Esse era o nosso intuito, e embora não tenha sido entendido como tal, deixo aqui registrado que nós fazemos parte da banda boa da Polícia, junto com os 30%. Tanto é que colocamos uma observação que o policial que estivesse envolvido, estivesse respondendo ou sendo condenado a inquérito administrativo penal, não poderia fazer parte do Conselho.

Quero deixar registrado que os outros sete delegados também são indicados pelo governador do Estado e que muitas vezes pode não refletir a vontade como um todo da classe.

Esse é o meu objetivo, é classista, embora não seja do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 13/2003, de autoria do deputado Edson Praczyk, constante do expediente, sugerindo a destinação das armas apreendidas em ações policiais para a Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 14/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente, sugerindo a criação da 21ª Subdivisão da Polícia Civil, com sede no município de Palmas. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2003, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982- Estatuto da Polícia Civil do Paraná. Com o objetivo primordial de modernizar e dinamizar o procedimento das sindicâncias de processos administrativos disciplinares e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E ESP. COM EMENDA DA CCJ E SP. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003**

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2003 altera dispositivos da Lei nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, conforme específica.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, com emendas, e da Comissão de Finanças.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o artigo 33 parágrafo 9º do Regimento Interno, manifesta-se favoravelmente à medida proposta.

Conclusão

Em razão do exposto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, na forma das emendas anexas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente e Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

Acrescente-se ao artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), de que trata o artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, os seguintes parágrafos:

“§ 1º - Os Membros integrantes do Conselho da Polícia Civil de que trata este artigo, não poderão em hipótese alguma estar respondendo ou terem sido condenados em Processo Disciplinar;

§ 2º - Compete ao presidente do Conselho oficializar aos órgãos a que pertençam os integrantes, a fim de apurar suas condutas profissionais.

§ 3º - Os membros do Conselho da Polícia Civil de que trata o inciso IV, não poderão ser integrantes de comissões e demais atividades disciplinares caso tenham atuado no inquérito policial ou processo penal de que sejam os réus os mesmos do processo disciplinar.

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A sugestão para inclusão do presente dispositivo acrescentando-se ao artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), de que trata o artigo do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, dos três parágrafos mencionados, é salutar e de extrema necessidade para que seja o Conselho da Polícia Civil livre de qualquer mácula ou dúvida quanto a seus integrantes, pois não se pode admitir membros que irão, dentre outras atividades, analisar e julgar procedimentos disciplinares, e que eventualmente também se encontrem sendo alvos de investigações ou de até mesmo condenação disciplinar.

É de suma importância que os integrantes tenham em suas anotações funcionais, uma carreira invejável sob a ótica disciplinar, e que se sintam isentos para analisar e julgar as questões funcionais.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

Altera e acrescenta os dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982

(Estatuto da Polícia Civil do Paraná), do artigo 6º nos seus atuais incisos II, V, VI e IX para modificação e inciso VIII para acréscimo ao projeto original, nos seguintes termos:

“Art. 6º -...

II - por um delegado de Polícia Divisional indicado pelo governador do Estado como vice-presidente e membro nato;

V - por um delegado de Polícia Subdivisional escolhido pelos Subdivisionais em reunião, com impedimento de remoção por um ano, salvo a pedido ou cometimento de falta grave no exercício da função ou prisão em flagrante;

VI - por um representante da classe dos delegados de Polícia indicado pelo Sindicato dos Delegados de Polícia - Sindepol;

VIII - por um representante da categoria dos policiais de base, de classe mais elevada, de reputação ilibada, reconhecido saber jurídico e experiência administrativa, indicado pelo Sindicato dos Policiais - Sinclapol;

IX - Ao Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná compete:...”

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

As alterações a que se sugere nesta Emenda são salutares e convenientes para o momento político, pois trata-se de modificações a fim de transformar o Conselho da Polícia Civil em um gestor democrático, vale dizer, que será desta forma a que se propõe, um Conselho mais eclético, misto e com representantes de várias categorias e atividades profissionais.

Não se pode mais admitir um Conselho tão somente “draconiano” ou seja, que quer simplesmente punir a qualquer custo, sem que se tenha neste mesmo conselho, representantes que irão zelar pela legalidade, pelos princípios gerais do direito, como a ampla defesa e contraditório, e em sendo representantes com visões administrativas diferentes, poderão com toda certeza, desempenhar uma análise e julgamento mais eficaz, e acima de tudo, justo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

Acrescente-se ao Artigo 240 da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), de que trata o item 09 do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, o seguinte parágrafo:

“§ 9º - A decisão pelo afastamento levará em conta a vida funcional pregressa do indiciado, sendo que não havendo fatos desabonadores de conduta, será tomada a medida indicada no parágrafo 5º, II deste artigo.

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero alertar ao Plenário que inicialmente vamos votar somente o projeto e posteriormente as emendas.

Para encaminhar a votação, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Estamos na hora da votação de um projeto importante para o Paraná e para os paranaenses, e quero aqui lembrar rapidamente um trabalho que foi realizado há algum tempo atrás e que serve como justificativa de voto.

Quando da instalação da Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico nesta Assembléia, meu Partido me indicou e os membros daquela Comissão, por consenso, escolheram-me para ser seu relator. Na Presidência tínhamos o ilustre deputado Ângelo Vanhoni e pudemos, durante o tempo em que trabalhamos nesta Comissão Especial de Investigação, produzir o relatório que tenho em mãos - o mesmo que dei conhecimento ao Plenário, à imprensa, ao povo do Paraná, e encaminhei para as diversas instâncias de Poder neste País.

E vejo agora, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, que o trabalho que realizamos naquela Comissão Especial de Investigação começa a surtir efeito. Depois de um trabalho exaustivo na pesquisa, na oitiva de testemunhas, de indicados, pudemos fazer diversas constatações que fazem parte desse relatório que está nos arquivos desta Casa e, tenho certeza, qualquer um dos senhores deputados ou qualquer paranaense que queira conhecer o trabalho que foi realizado naquela época, tem todas as condições.

Mas eu queria aqui aproveitar a oportunidade para citar alguns trechos desse relatório como justificativa de voto e talvez pedir a este Plenário para que possamos talvez até aprimorar o projeto encaminhado pelo Executivo.

Em meu relatório eu sugiro o controle externo da atividade policial. E vou ler para que os senhores saibam o que contém o relatório: “sabe-se que o controle externo da atividade policial é medida prevista na Constituição Federal, a ser exercida pelo Ministério Público. Assim prevê o artigo 129 da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Ministério Público da União, Lei Complementar nº 75, e a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 2002”.

Então vejam só: a Polícia já tem, já deve ser exercido o controle pelo Ministério Público. O Ministério Público já tem essa função e essa atividade, que é o controle da Polícia. E nós temos assistido diversos desvirtuamentos e já assistíamos e víamos e constatávamos naquela época tais desvirtuamentos, e assistíamos também a atuação do Ministério Público, da Procuradoria de Investigações Criminais, mas não com a mesma intensidade que deveria ter como a lei delega ao Ministério Público este controle nas atividades policiais.

Mais à frente eu reforçava isso e dizia: ou seja, a legislação confere ao Ministério Público o poder de fiscalizar a atividade policial, e não se encontra explicação plausível para que isso não esteja acontecendo. Por quê? Porque na época, constatávamos já que quem deveria fazer essa fiscalização no Estado não estava fazendo, talvez por falta de pessoal, ou por excesso de trabalho, mas a verdade é que não estava acontecendo o controle da atividade policial por quem a lei determina e a quem a lei dá amparo para esta atividade.

Mas, continuando no nosso relatório, mais à frente, fazíamos a seguinte colocação: independente do controle que a lei já atribuiu ao Ministério Público, é preciso construir um organismo que permanentemente possa estar dizendo que a polícia, que a sociedade deseja, que avalie, que fiscalize, que critique e que seja também um atestado permanente de idoneidade da autoridade policial.

Quando dizíamos isso, senhores deputados, senhor presidente, era no sentido de que a atividade policial, que é uma atividade das mais importantes e mais caras à sociedade civil e organizada, tem que ter esse atestado de boa conduta. Tem que ser quem protege e não quem ameaça! Tem que ter esse atestado para que a população cada vez mais possa confiar na sua polícia.

E já concluindo o relatório, eu afirmava: cheguei à conclusão de que essa nova estrutura das modificações, o que deveria ser implantado na polícia, é o novo controle externo da polícia. E, em que consiste esse novo controle? A segurança pública é atribuição constitucional do Poder Executivo; no âmbito do Estado do Paraná as polícias estão sob o comando do governador do Estado e fiscalização exclusiva de suas corregedorias, através de seus pares.

O novo controle externo, além do já instituído para o Ministério Público, mas abrangendo esse, seria um órgão colegiado, composto por representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos sindicatos, das associações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público Estadual e Federal, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e dos partidos políticos, tal como já ocorre na área da saúde. Nós que conhecemos esses Conselhos na área da saúde, sabemos o trabalho que eles desenvolvem e a profundidade do seu trabalho. O caráter seria não só o de influenciar na gestão dos recursos aplicáveis na área de segurança, mas também o de atuar na fiscalização e avaliação da polícia e dos atos da autoridade policial.

Então, vejam os senhores, à época, deputado Vanhoni, que era presidente, nesse relatório que foi aprovado pela Comissão, nós também demos conhecimento a este Plenário, já pedia este controle, mas, mais ampliado.

Queria neste momento então, ver da possibilidade, com o apoio de todos os deputados, de aumentarmos esse controle, darmos mais participação da sociedade. Hoje a questão da segurança é a que mais aflige a população. Sabemos da importância da área da saúde, da importância que são os conselhos na área da saúde, a participação

popular, através de seus representantes, o povo sentindo-se representado e levando os seus anseios para aquelas discussões na área de segurança, quando a todo momento nós somos surpreendidos e informados de crimes que estão acontecendo, de fatos que jamais imaginávamos pudessem acontecer.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Permite um breve aparte?

(Assentimento)

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas a V. Exa., porque eu tive o prazer de trabalhar junto com o senhor nessa comissão; esqueci de citar o seu nome. Eu sabia que na minha mente estava faltando alguém, quando estava relatando os membros não visualizei, mas V. Exa. foi uma das peças-chaves para que a CPI tivesse o resultado que teve e este relatório que V. Exa. faz referência de que foi aprovado, desde o início nós perseguimos as mudanças estruturais, não ficamos apenas nas questões pontuais, os problemas da Polícia Civil, e V. Exa. foi o relator e acabou trazendo para a Assembléia a proposta.

Posteriormente o deputado Algaci Tulio, que nos substituiu na condução da Comissão Parlamentar de Inquérito, que continuou os trabalhos, apresentou uma proposta de acordo com o nosso relatório, mas infelizmente naquele momento não tivemos a oportunidade de realizar.

Então, V. Exa. tem razão, já há quase quatro anos atrás já estávamos perseguindo essas propostas...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência não vai permitir apartes e encaminhamentos. Regimentalmente não é permitido.

Informo também ao orador que está na tribuna que o seu tempo está esgotado. Terá mais um minuto para concluir.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, nobre deputado Ângelo Vanhoni.

Então, faço estas colocações para que a Casa tome conhecimento do trabalho que foi desenvolvido por esta Casa há alguns anos atrás, onde já prevíamos este controle.

Então, quero, com estas colocações, reafirmar o meu compromisso com o atestado de idoneidade que a polícia deve ter, até porque, senhores deputados, sou membro da Polícia Científica, eu sou um químico legal concursado em 1979. Faço parte da polícia, dessa polícia científica que foi desvinculada da Polícia Civil. E eu quero que esta polícia, à qual eu pertencço e tenho orgulho de pertencer, tenha este atestado de idoneidade, de boa conduta perante a opinião pública.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo, ressalvadas as emendas.

Em votação o projeto.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DURVAL AMARAL (Justificativa do voto)

Senhor presidente, senhores deputados da Situação e da Oposição.

Nós votamos a favor da mensagem do governo, porque entendemos que não podemos, em hipótese alguma, transigir a segurança pública do Estado do Paraná.

Não se trata de um projeto que venha ao encontro dos interesses da Oposição ou da Situação; vem ao encontro dos interesses maiores da sociedade paranaense. A criminalidade anda solta no Estado. A marginalidade acontece flagrantemente não só em Curitiba, na região metropolitana, mas em todo o Estado. O deputado Barbosa Neto, que cobre efetivamente programas jornalísticos, traz todos os dias a alta criminalidade que assusta Londrina e assusta o Paraná como um todo. Se há indícios de que a Polícia Civil, não de uma maneira genérica, deputado Bradock, porque sabemos que é a excessão que macula esta instituição tão importante para o Paraná, mas se há indícios de que mais policiais possam se prevalecer da farda efetivamente prejudicando a segurança do nosso Estado, não temos outro caminho a não ser o de apoiar irrestritamente a iniciativa do governador do Estado do Paraná. Quero fazer, aqui, deputado Vanhoni as afirmativas: isto que o governador Roberto Requião envia para a Assembléia e, aqui na Assembléia se aprimora, é fruto também de uma ampla discussão, que iniciamos no ano passado.

Eu estava naquele momento na condição de líder do Governo. A Bancada de Oposição naquela oportunidade discutiu à exaustão - foram três audiências públicas - o Estatuto da Polícia Civil. Fizemos inúmeros avanços.

Quero registrar publicamente que a Bancada de Oposição, naquele momento, votou a favor do nosso substitutivo-geral de plenário, que trazia muitos avanços, o avanço acontece dessa forma: às vezes, nem tudo de uma única vez. Agora, o governador Roberto Requião avança mais ainda! Justificamos os votos da base dos deputados da Oposição e tenho certeza dos deputados da Situação.

Acho que existem algumas emendas do deputado Bradock, que poderiam ser aproveitadas. Vamos aguardar, não a orientação do líder do Governo, mas vamos aguardar a orientação do governo, que nesse momento representa a sociedade, para nos posicionarmos com relação a essas emendas. Parece-me, deputado Vanhoni, que pelo menos duas boas emendas poderiam ser aproveitadas.

Que a gente consiga, nesse curto espaço de tempo, buscar o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Temos três emendas apresentadas. Havia uma emenda de Plenário, mas foi retirada. Uma emenda do

deputado Litro, foi retirada. Temos uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça. Temos três emendas da Secretaria da Segurança Pública. Primeira emenda da Constituição e Justiça que foi publicada, da qual os senhores parlamentares têm conhecimento. Se houver necessidade de fazer a leitura, faremos. Se não houver necessidade, porque foi publicada, não faremos.

Consulta ao Plenário. Não há necessidade. Emenda nº 01, em votação.

O SR. BARBOSA NETO

O senhor poderia ler essa emenda, apenas para que a gente pudesse ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário, Nereu Moura, para que proceda à leitura da Emenda nº 01, da CCJ.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à leitura da Emenda nº 01, da CCJ.**)

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

O deputado José Maria pode fazer o esclarecimento - é apenas uma correção de texto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, essa é uma emenda que apresentamos à CCJ, em comum acordo com o deputado Delegado Bradock, no sentido de melhorar a exposição do Artigo 217. Ele cria o parágrafo único e também revoga a questão dos 50%, que a mensagem do governador trazia, de redução do salário, no momento do indiciamento. Indicou, afastou, perderia 50% e esta condição nós só teremos aplicado após o julgamento. Não podemos condenar ninguém, mesmo com pena pecuniária, antes que tramite o processo.

Outra questão é que o *caput* deste artigo está misturado conselho com punição, e é apenas uma medida corretiva que fizemos do ponto de vista da técnica legislativa. É uma Emenda acordada com o deputado Bradock na Comissão de Constituição, e eu espero o apoio para que o projeto possa ter inclusive o seu aperfeiçoamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão. Em votação a Emenda nº 01, da CCJ. **Aprovada por unanimidade.**

Emenda nº 02 da Comissão de Segurança Pública, formulada pelo deputado Bradock. Solicito ao 1º secretário desta Casa, deputado Nereu Moura, a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Lê**):

“COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

Acrescente-se ao artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do

Paraná), de que trata o artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, os seguintes parágrafos:

§ 1º - Os membros integrantes do Conselho da Polícia Civil de que trata este artigo, não poderão em hipótese alguma estar respondendo ou terem sido condenados em processo disciplinar;

§ 2º - Compete ao presidente do Conselho oficial aos órgãos a que pertençam os integrantes, a fim de apurar suas condutas profissionais.

§ 3º - Os membros do Conselho da Polícia Civil de que trata o inciso IV, não poderão ser integrantes de comissões e demais atividades disciplinares caso tenham atuado no inquérito policial o processo penal de que sejam os réus os mesmos do processo disciplinar.

Sala das Comissões, em

DELEGADO BRADOCK - Presidente”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. **Rejeitada** a emenda.

Emenda nº 3, também da Comissão de Segurança Pública, delegado Bradock.

Solicito ao deputado Nereu Moura a leitura da Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à leitura da Emenda nº 03**)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

EMENDA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

Altera e acrescenta os dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), do artigo 6º nos seus atuais incisos II, V, VI e IX para modificação e inciso VIII para acréscimo ao projeto original, nos seguintes termos:

“Art. 6º -...

II - por um delegado de Polícia Divisional indicado pelo governador do Estado como vice-presidente e membro nato;

V - por um delegado de Polícia Subdivisional escolhido pelos Subdivisionais em reunião, com impedimento de remoção por um ano, salvo a pedido ou cometimento de falta grave no exercício da função ou prisão em flagrante;

VI - por um representante da classe dos delegados de Polícia indicado pelo Sindicato dos Delegados de Polícia - Sindepol;

VIII - por um representante da categoria dos policiais de base, de classe mais elevada, de reputação ilibada, reconhecido saber jurídico e experiência administrativa, indicado pelo Sindicato dos Policiais - Sinclapol;

IX - Ao Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná compete:...”

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Veja, nós votamos a emenda anterior do deputado Bradock, que tecnicamente, nós poderíamos posteriormente até aprovar uma emenda dessas. Por quê? Porque, deputado Bradock, o espírito da sua emenda é correto; fala que o membro do Conselho Superior não deve ser uma pessoa que esteja envolvida ou tenha sido julgada. O corpo da emenda diz o seguinte: "...que aquele que estiver respondendo a processo ou respondeu a processo não poderá participar de Conselho...".

Ora, se um policial, por qualquer humor do seu delegado, de um adversário político, qualquer coisa, recebeu uma acusação, o Conselho vai ser obrigado a apurar essa acusação. Ao término, ele é absolvido. Então, ele respondeu a processo disciplinar com absolvição. Isto no meu entendimento lhe dá direito de participar de qualquer estrutura da Polícia Civil posteriormente. Por quê? Porque os seus direitos estão resguardados.

Então, a sugestão que faço ao deputado Bradock é que tecnicamente refaça essa emenda, e posteriormente poderemos alterar a qualquer momento a estrutura do Conselho, porque é para salvaguardar a lisura do procedimento dos seus membros.

Então, nesse sentido é uma sugestão que lhe faço.

Esta emenda que está em discussão, infelizmente não vamos poder acatar. Na realidade ela altera profundamente a forma como o Conselho vai se estruturar, transferindo a delegação do governo do Estado do Paraná, do delegado geral para eleição nas categorias e nos representantes da classe.

Já argumentei ao delegado Bradock, acho que isso nesse momento desvirtua o objetivo do Conselho de proceder agilidade, transparência e as mudanças que queremos fazer na estrutura da Polícia Civil.

Então, peço aos senhores deputados que, infelizmente, nos acompanhem, rejeitando a emenda do deputado Bradock.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação **Rejeitada**.

Emenda nº 4 do senhor deputado Barbosa Neto, que foi elaborada também na Comissão de Segurança Pública.

Gostaria antes de encaminhar, que o deputado Ademir Bier fizesse a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ademir Bier**)

(Lê):

"COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
EMENDA MODIFICATIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

Acrescente-se ao Artigo 240 da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil ao

Paraná), de que trata o item 09 do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, o seguinte parágrafo:

"§ 9º - A decisão pelo afastamento levará em conta a vida funcional pregressa do indiciado, sendo que não havendo fatos desabonadores de conduta, será tomada a medida indicada no parágrafo 5º, II deste artigo.

Sala das Comissões, em

(a) BARBOSA NETO"

O SR. BARBOSA NETO (**Para Encaminhar**)

Somos favoráveis às intenções do senhor governador, de limpeza da polícia, ou seja, afastar os maus policiais da corporação. Inclusive já tive sérios problemas com a banda podre da polícia no exercício da minha função de jornalista, denunciando esses maus policiais, e na época encaminhando ao então corregedor da Polícia Civil, delegado Adauto Abreu de Oliveira. É justamente por conhecer a Polícia Civil que eu gostaria de contar com o apoio das senhoras deputadas e dos senhores deputados a essa emenda modificativa de minha autoria que acabou de ser lida pelo ilustre deputado.

Apenas para esclarecer que modifica-se apenas levando em consideração aqueles policiais que exercem um bom serviço e que prestaram em prol da Polícia Civil algo de concreto e de positivo. O projeto enviado pelo governo se mantém. O que queremos salvaguardar é que durante a sindicância, o policial que for afastado, seja respeitado. Que seja respeitado o bom policial e o que ele fez em prol da corporação. Se possui bons antecedentes, como pretende o câmputo geral desse projeto de reforma do Estatuto da Polícia Civil. Entendo que não seria a inclusão desse item, um empecilho para o governador fazer as mudanças que pretende.

Essa emenda modificativa impede que injustiças sejam cometidas contra os bons policiais, aqueles que são cumpridores de seus deveres enquanto servidores públicos. A única ressalva que faço é justamente para tentar colaborar com esse projeto, é que não podemos generalizar. Existem policiais dignos, sérios, dentro da corporação da Polícia Civil. Queremos salvaguardar o interesse dos que têm méritos, dos que colocam a sua vida para garantir a nossa e aqueles que ainda não foram contaminados pela banda podre.

É uma questão de justiça, e eu gostaria de contar com o apoio da Bancada da Situação, da Bancada da Oposição e do Bloco Independente.

Já conversei com o deputado Anibelli, com o líder Ângelo Vanhoni, para que seja aprovada essa emenda modificativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Queremos encaminhar favorável a esta emenda. Achamos que ela contribui para o conjunto do projeto e

estamos pedindo o apoio dos senhores deputados para que essa emenda do Barbosa Neto que, junto com o deputado Bradock, da Comissão de Segurança, trouxeram a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda do deputado Barbosa Neto, formulada na Comissão de Segurança Pública. Emenda nº 04.

Em discussão. Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, para justificativa de voto.

Senhor presidente, evidentemente estamos num momento atípico e é por esta razão que votei contrário às emendas do deputado Mário Bradock, mas numa oportunidade que tivemos para fazer correção no Conselho, o deputado Bradock, quem fizer a emenda terá o meu apoio, porque esse voto foi um voto de confiança ao governador Requião, para que ele possa fazer as correções na Polícia. Evidentemente, esse projeto de lei precisa ser aperfeiçoado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 780, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Nelson Garcia, Duílio Genari, Cida Borghetti, André Vargas e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimento nº 802 de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 805 e 806, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 810 de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei Complementar nº 134/2002 e 110/2003; e dos Projetos de Resolução nºs 005 e 006/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 480/2002 e 001/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DO MERCOSUL 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Hermes Fonseca e José Maria Ferreira. Com o objetivo de participar da reunião da Assembléia Geral do Bloco Parlamentar Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul, a presente reunião transcorreu conforme programa e relatórios anexos. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Fábio Martins Ribas, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Fábio Martins Ribas - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão do Mercosul, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Doutor Luciano, Plauto Miró Guimarães, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Ademir Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião com o fim específico de proceder à eleição para vice-presidente, onde constatou-se a maioria dos votos no nome do senhor deputado José Maria Ferreira. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Fábio Martins Ribas, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Fábio Martins Ribas - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na cidade de Buenos Aires - Argentina, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Hermes Fonseca e José Maria Ferreira. Com o

objetivo de participar da Assembléia Geral da União dos Parlamentares do Mercosul para propor algumas alterações estatutárias, criando novos cargos para melhor adequar a entidade às atuais políticas na América do Sul, a presente reunião transcorreu conforme programa anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir

efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Flávio Martins Ribas, secretário desta Comissão.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Flávio Martins Ribas - Secretário